

Ensaio sobre o não-vazio: encantados, Jurema e o Nordeste indígena em movimento¹

Maria Carolina Arruda Branco²
Universidade Federal de São Carlos

Resumo: Este artigo discute a construção do imaginário social brasileiro que definiu o interior do Nordeste e Leste do país como um “vazio demográfico”, apagando a presença histórica e contemporânea dos povos indígenas que habitam essas regiões. A partir de uma abordagem etnográfica desenvolvida junto ao povo Ibiramã Kiriri do Acré — coletivo indígena originário do oeste da Bahia e atualmente residente na zona rural do município de Caldas, em Minas Gerais —, propõe-se uma leitura crítica que evidencia a continuidade das territorialidades indígenas, mesmo diante de deslocamentos, apagamentos e processos de desterritorialização. O texto articula dados históricos, cosmologias indígenas e experiências de campo, com ênfase nas relações estabelecidas entre os Kiriri, os Encantados e a Jurema. A migração dos Kiriri, guiada pelos Encantados, é compreendida como um processo de reterritorialização que não rompe com o território de origem, mas o atualiza e o reinscreve em novas paisagens. Assim, o artigo argumenta contra a ideia de “vazio” e defende a existência de uma rede de presenças — humanas e outras-que-humanas — que configuram o Nordeste e o Leste como um espaço historicamente habitado, vivo e resistente.

Palavras-chave: nordeste/leste indígena; Kiriri do Acré; Jurema; encantados; territórios.

¹ Este trabalho é o primeiro esboço de uma reflexão vinculada à pesquisa de doutoramento em andamento. Agradeço ao meu orientador, Felipe Vander Velden, pela leitura atenta do texto, pelas sempre generosas sugestões e por refletir junto comigo. Agradeço também aos avaliadores pelas contribuições ao texto, assim como a Luiz Gonçalves, Juana Pietro e Pedro Bossada pelas leituras e sugestões. Assumo total responsabilidade pelo conteúdo deste trabalho.

² Doutoranda em Antropologia Social pela UFSCar, Mestre em Antropologia pela UFGD. Bolsista CAPES. Pesquisadora vinculada ao Humanimalia/UFSCar. Realiza pesquisa com o povo Kiriri do Acré no Sul de Minas Gerais.

Essay on the non-void: encantados, Jurema and the Indigenous Northeast on the move

Abstract: This article discusses the construction of the Brazilian social imaginary that has defined the interior of the Northeast and East of the country as a “demographic void”, erasing the historical and contemporary presence of the indigenous peoples who inhabit these regions. Based on an ethnographic approach developed with the Ibiramã Kiriri do Acré people - an indigenous collective originally from the west of Bahia and currently living in the rural area of the municipality of Caldas, in Minas Gerais - a critical reading is proposed that highlights the continuity of indigenous territorialities, even in the face of displacements, erasures and processes of deterritorialization. The text combines historical data, indigenous cosmologies and field experiences, with an emphasis on the relationships established between the Kiriri, the Encantados and the Jurema. The migration of the Kiriri, guided by the Encantados, is understood as a process of reterritorialization that does not break with the territory of origin, but updates it and reinscribes it in new landscapes. Thus, the article argues against the idea of “emptiness” and defends the existence of a network of presences - human and other-than-human - that configure the Northeast and East as a historically inhabited, living and resistant space.

Keywords: Northeast/East Indigenous; Kiriri do Acré; Jurema; encantados; territories.

Ensayo sobre el no vacío: Encantados, Jurema y el noreste indígena en movimiento

Resumem: Este artículo discute la construcción del imaginario social brasileño que ha definido el interior del Nordeste y Este del país como un «vacío demográfico», borrando la presencia histórica y contemporánea de los pueblos indígenas que habitan estas regiones. A partir de un abordaje etnográfico desarrollado con el pueblo Ibiramã Kiriri do Acré -colectivo indígena originario del oeste de Bahía y que actualmente vive en el área rural del municipio de Caldas, en Minas Gerais- se propone una lectura crítica que destaca la continuidad de las territorialidades indígenas, incluso frente a los desplazamientos, borramientos y procesos de desterritorialización. El texto articula datos históricos, cosmologías indígenas y experiencias de campo, con énfasis en las relaciones establecidas entre los Kiriri, los Encantados y los Jurema. La migración de los Kiriri, guiada por los Encantados, se entiende como un proceso de reterritorialización que no rompe con el territorio de origen, sino que lo actualiza y lo reinscribe en nuevos paisajes. Así, el artículo argumenta contra la idea de «vacío» y defiende la existencia de una red de presencias -humanas y no-humanas- que configuran el Nordeste y el Este como un espacio históricamente habitado, vivo y resistente.

Palabras clave: indígenas del nordeste/este; Kiriri do Acré; Jurema; encantados; territorios.

O presente ensaio, busca pincelar algumas ideias acerca da construção do campo etnográfico da autora. A partir da proposta deste dossiê em trabalhar antropologia dos desertos, este artigo tem como característica central a discussão do imaginário social brasileiro acerca do “vazio” ou “deserto” que seria a região do nordeste e leste brasileiro. Junto desta característica, busca-se apresentar esta região como local habitado por uma miríade de coletivos humanos, plantas e outros seres outros-que-humanos, que compõem a paisagem da região nordeste e leste do Brasil.

De antemão, destaco que este artigo se apoia no fundo etnográfico do povo Ibiramã Kiriri do Acré, residentes na zona rural do município de Caldas, no sul de Minas Gerais. Trata-se de um grupo que migrou do oeste baiano, especificamente do município de Muquém do São Francisco, para Minas em 2017, e que desde então vem tecendo uma ampla rede de relações com a população caldense, com os Encantados, com as plantas, e também com os parentes que permaneceram na Bahia. Essas relações constituem e fortalecem os Kiriri em sua coletividade.

A partir dos deslocamentos vividos por meus interlocutores e das formas como estabelecem trajetórias que conectam o Nordeste e o Leste indígena, proponho aqui uma reflexão sobre essas regiões etnográficas, argumentando contra a noção de vazio. Defendo, assim, a ideia de um não-vazio — territórios historicamente marcados por presenças indígenas, por cosmologias, diversidades e resistências, ainda que frequentemente apagadas pelas narrativas oficiais que os construíram como terras desabitadas, cenário dos primeiros encontros coloniais.

Sendo o início de uma reflexão, o presente artigo busca dialogar com a ideia de “vazio” no nordeste e leste a partir da história de resistência do povo Kiriri. Estando o texto subdividido em, primeiro, uma contextualização do nordeste e leste brasileiro e a chegada de povos vindos de outros continentes à costa do que hoje compreende-se como território brasileiro. Segue-se uma reflexão acerca dos povos indígenas que habitavam e habitam a região nordeste, bem como a história do povo Kiriri, tratada neste texto não de forma isolada, mas de maneira a evidenciar os atravessamentos da colonização, e também os processos históricos de luta dos povos indígenas pela defesa de suas vidas, bem como de seu território. O terceiro tópico traz ao texto o campo etnográfico da autora, junto com a reflexão sobre as habitabilidades de um território e um povo em seus deslocamentos, de forma a enfatizar a discussão dos tópicos anteriores, mas enraizando a discussão em uma situação que acontece no presente e as formas como o povo Ibiramã Kiriri do Acré têm se organizado a partir de diversos atravessamentos, tendo como parceiros, plantas e seres outros-que-humanos. Por fim, há uma reflexão organizando as ideias discutidas ao longo deste texto de forma a concluir esta peça.

Nordeste e leste indígena

A região Nordeste e Leste do Brasil compreende os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais e Espírito Santo. Trata-se da área de primeiro contato da colonização portuguesa, marcada inicialmente pela exploração da *comodities* açucareira, seguida pela expansão da pecuária na Caatinga e, mais adiante, pela atividade mineradora no estado de Minas Gerais. A invasão territorial estrangeira nas terras que hoje conhecemos como Brasil é datada do século XVI. Conta-se que a chegada e a penetração de povos vindos de outros continentes, como no caso de portugueses, espanhóis, holandeses, entre outros, de início no litoral do nordeste do atual Brasil, deu-se a partir de inúmeros conflitos, mas também de alianças com os indígenas. Os povos desta terra sempre lutaram para proteger sua existência e a da terra que ocupavam. A história que conhecemos hoje é marcada sobretudo pela “perda”, de vidas, de comunidades indígenas inteiras, de etnias, de línguas. De fato, o massacre foi grande e as perdas inúmeras. No entanto, é importante ressaltar que esta história é marcada também por muita resistência.

Desde tempos coloniais os povos indígenas revoltaram-se em resposta às invasões de suas terras, como no caso em que o donatário português Vasco Fernandes, que invadiu o território Tupinikim no Espírito Santo, escravizou este povo que, após certo período, se revoltou e, em resposta à violência que sofreram, assassinaram muitos de seus algozes (PREZIA, 2017: 35). Ou ainda, a rebelião em 1712 liderada por Mandu Ladino, indígena de etnia que não se sabe ao certo qual era, liderança que organizou uma rebelião junto ao povo Kariri. A rebelião se espalhou pelos interiores do Nordeste, no que hoje conhecemos como os estados do Piauí, Maranhão e Ceará (PREZIA, 2017: 77). Muitas outras histórias de resistência e luta dos povos indígenas no nordeste brasileiro poderiam ser contadas. Ainda hoje, século XXI, a história dos povos indígenas no Brasil é marcada pela resistência e luta pela vida e pelas terras que ocupam.

A região nordeste deste país é composta por quatro biomas: a Mata Atlântica, que vai desde o litoral da Paraíba até o litoral baiano; a Caatinga que ocupa a maior parte do território geográfico nordestino, passando pela Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí; o Cerrado, que ocupa parte do oeste baiano, Piauí e Maranhão; e a Amazônia que está presente em parte do Maranhão. Quanto ao estado de Minas Gerais, há a presença de dois biomas, Mata Atlântica e Cerrado, enquanto no Espírito Santo, há predominância da Mata Atlântica, sendo o território todo ocupado por este bioma.

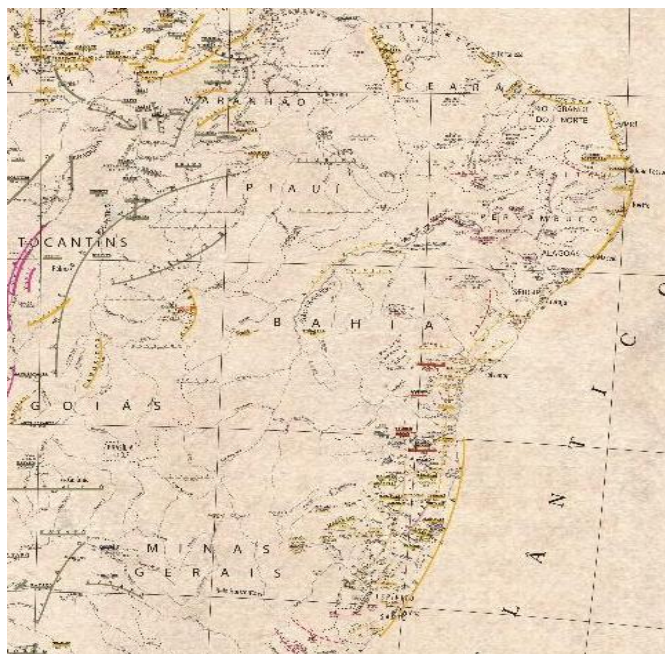
O imaginário social brasileiro, sobretudo em outras regiões do Brasil, pensa a região nordeste como um vazio de pessoas, seres, biodiversidade e animais, onde a seca predomina, e parte disso se dá, pois, a Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, que ocupa grande parte do território interiorano do nordeste, tem como característica o clima semiárido, altas temperaturas, baixa umidade relativa do ar e longos períodos de estiagem, isto é, uma região com pouca precipitação [recorde que a média pluviométrica do semiárido brasileiro chega a 800mm, ou seja, é o semiárido mais chuvoso do mundo; recorde também que ela ‘pode ser muito seca’, mas não é necessariamente “muito seca”, pois há zonas, como a Chapada Diamantina, com presença de mata atlântica e índice pluviométrico superior a 1400mm e temperaturas que chegam a 7°C. Sugiro agregar uma nota de rodapé, para evitar a reinvenção de outro “vazio”: a seca constante por falta de chuva constante] e, portanto, muito seca. A região conta com uma variedade em sua flora, como a aroeira, o buriti, a carnaúba, o juazeiro, o mandacaru,

o xique-xique, entre muitos outros, e uma fauna também rica, composta por ararinha-azul, gato-do-mato, mocó, preá, veado-catingueiro, entre muitos outros animais. Sendo assim, trata-se de uma região com variedade de presenças distintas e ocupações diversas.

Através de materiais da época colonial é possível visualizar os povos indígenas no nordeste em diversos contextos e épocas, como as Cartas de Felipe Camarão, durante a insurreição Pernambucana (1645-1654)³, os Mapa das Aldeias Indígenas da Província da Bahia (1700-1861)⁴, bem como os muitos relatos sobre os povos indígenas no sertão entre os anos de 1650-1720 (PUNTONI, 2002), entre muitos outros. A partir desses contextos é possível compreender que a esta região do país é berço de diversos povos indígenas, muitos que, pelos horrores da colonização, foram massacrados, e tantos outros que ainda hoje seguem resistindo nesta região.

O *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* produzido pelo Alemão Curt Nimuendajú, de 1944, apresenta o extenso trabalho deste exímio etnólogo em documentar as presenças dos povos indígenas no Brasil e regiões adjacentes durante a primeira metade do século XX. Ao atentar-nos para a região nordeste e leste é possível notar que há registros de alguns povos ao longo de toda a costa litorânea, desde o Espírito Santo⁵ até o Ceará. Nota-se também a informação de que muitos destes povos estão classificados como “tribos extintas”, marcado no mapa pelo pontilhamento abaixo do nome, como é possível observar no *Mapa*. Adiante está o *Mapa*, primeiro recortados apenas nordeste e leste do Brasil, a fim de ampliar o trecho, possibilitando à pessoa leitura a visualização do “vazio” de povos e, em seguida, o *Mapa* está na íntegra, com as legendas.

Imagem 1 – Recorte da região específica de Nordeste e Leste Indígena feita pelo autor. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

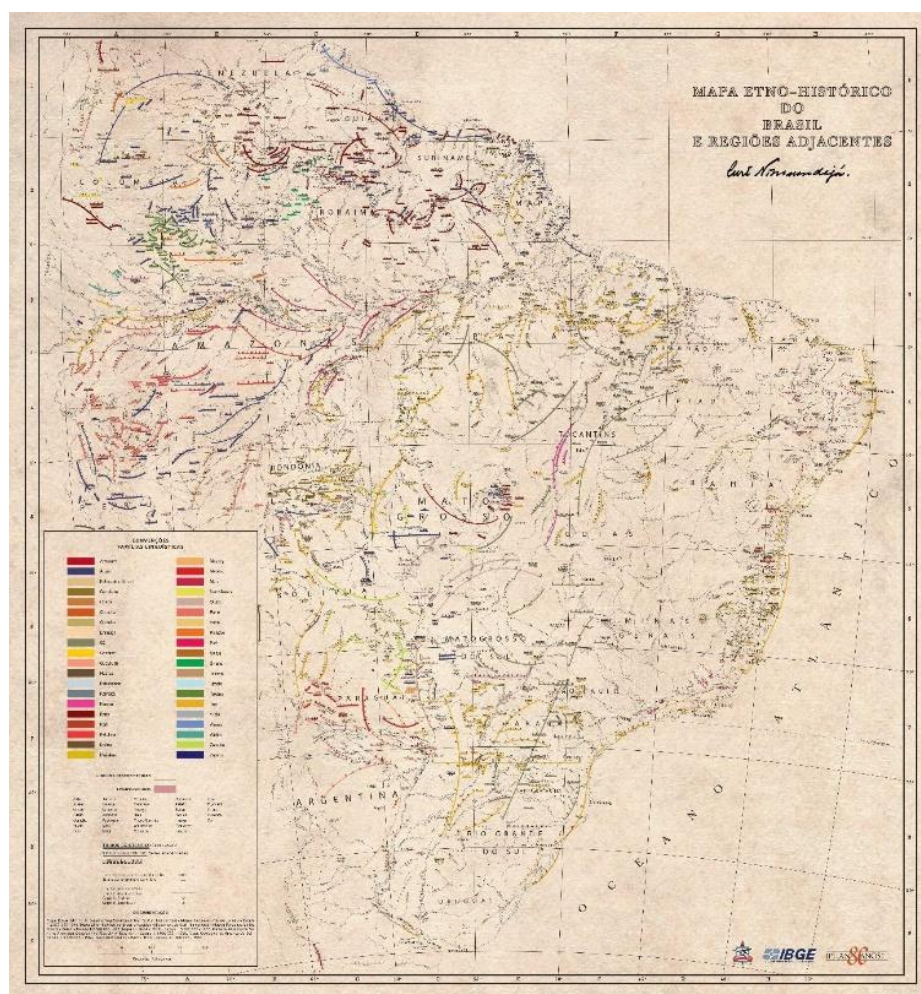


³ Disponível em: <https://www.gov.br/museugoeldi> acesso em 13/04/2025.

⁴ Disponível em: <http://www.atom.fpc.ba.gov.br> acesso em 13/04/2025.

⁵ Incluído na análise, bem como o estado de Minas Gerais, que são tratados dentro de alguns referenciais antropológicos como estados que compõem o cenário dos estudos sobre povos indígenas no Nordeste. Isto porque as experiências dos povos nestes dois estados se aproximam à realidade daqueles no Nordeste brasileiro (CARVALHO; REESINK, 2018). Ressalta-se que esta ideia de unidade não se propõe encapsular a região e sobrepor dados. ES e MG, em certos casos, formam a área etnográfica do Leste – que é às vezes tratada com o Nordeste.

Imagem 2 – Mapa étnico histórico. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁶, 2017



Se estendermos o olhar para o interior dos estados que compõem o nordeste, bem como Minas Gerais, vemos uma longa faixa de ausências, resultado das informações constantes da documentação compilada por Nimuendajú. Um interior inabitado, um deserto de povos indígenas. Se levarmos em consideração que esta região que se estende sem a incidência de povos é também, em grande parte, domínio do semiárido, poderia ser que fizesse sentido pensar neste vazio. No entanto, este não é nem de longe o caso. Esta paisagem que ocupa um imaginário de vazio demográfico e até mesmo de certo “deserto”, local onde não há nada, tido como inóspito devido às condições ambientais, na verdade é um local habitado por uma vegetação nativa muito potente, além de um rico conjunto de sujeitos humanos e outros-que-humanos. Além de que esta imagem do interior do Nordeste, como um “vazio”, encontra forte oposição nos documentos dos séculos XVI e XVII que evidenciam abundantemente as ocupações indígenas.

Para pensar o que ocorreu com os povos no Nordeste e Leste brasileiro, apoiemo-nos na história do povo Kiriri, que é um caso entre muitos, mas que ilustra certas complexidades vivenciadas pelos povos indígenas nas regiões em tela. Têm-se registrado que a ocupação territorial Kiriri era extensa pelo interior

⁶ Disponível no link: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20Nimuendaju%202017%20versão%20Jorge%2004092017.pdf> último acesso em: 14 de janeiro de 2025. Recomenda-se abrir o link e visualizar o mapa com maior qualidade e detalhamento.

(BANDEIRA, 1972). Ao longo da história de contato e colonização os Kiriri sofreram assédio por diferentes grupos, sobretudo por parte da igreja católica, que teve como grande impacto a catequização em seus territórios. Com o passar dos anos e dos inúmeros conflitos entre os Kiriri e outros povos, o assédio por parte de fazendeiros e posseiros da região, confinados e em uma situação complexa de abandono e miséria, supõe-se que os próprios indígenas tenham negociado algumas partes de suas terras, constrangidos pela situação em que se encontravam (BRASILEIRO (2004 [1999])).

Em decorrência deste cenário, em fins do século XIX parte dos Kiriri migraram para o Arraial de Canudos, juntando-se à luta de Antônio Conselheiro, líder do movimento popular conhecido como Guerra de Canudos (BANDEIRA, 1972). A participação dos Kiriri neste movimento foi marcada, sobretudo, pela perda de importantes lideranças e anciãos. Acredita-se que a participação neste conflito findou a vida dos últimos falantes do idioma nativo, bem como dos especialistas rituais (BRASILEIRO, 1996). Com o fim de Canudos, os Kiriri que sobreviveram retornaram ao seu território em Mirandela, no norte da Bahia; no entanto, o cenário que encontraram foi de certa desterritorialização, pois suas terras estavam parcialmente tomadas por criadores de gado (MACEDO, 2009: 34)⁷. Parte do desfecho deste período foi que os Kiriri passaram então a ser compreendidos como um povo que fora dizimado; discurso que ganhou muita força, sobretudo a partir dos esforços do estado brasileiro em assimilar a diferença. No entanto, quando os Kiriri tornaram a se organizar, em meados de 1941, e iniciaram os pedidos pelo reconhecimento de sua indianidade, as reivindicações tornaram-se mais frutíferas quando padre Galvão começou a caminhar e se mobilizar intercedendo pelos Kiriri junto ao então Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O resultado desta mobilização foi a instalação, em 1949, de um posto do SPI em Mirandela/BA, momento que concedeu aos Kiriri “a condição de indígena” (BRASILEIRO, 2012).

Durante longo período, os Kiriri e outros povos indígenas nos interiores do nordeste foram vistos como caboclos, povos que já não possuíam a identidade indígena e que, portanto, eram apenas “remanescentes”. A consolidação do Brasil como Estado-nação se deu diante de cenários como este protagonizado pelos Kiriri, mas que não é exclusivo deles e se apresenta como realidade transversal que atingiu muitos povos no Nordeste e Leste brasileiro e em outras regiões do país⁸. Aos povos nativos dessas regiões, primeiro foi roubado a terra, depois foi negado o pertencimento étnico e então, como fruto destas ações, criou-se o imaginário de inabitabilidade, do deserto, do vazio demográfico, de uma terra sem habitantes e, portanto, sem donos. Imaginário que paira e que se perpetua a partir de histórias oficiais colonizadoras e até mesmo das teses de aculturação (RIBEIRO, [1970]1996) desenvolvidas ao longo do século XX, em que se pressupunha que, a partir do contato de povos indígenas com a sociedade nacional, haveria uma absorção das primeiras pela última, sendo o desaparecimento dos povos indígenas um “fato”.

Indígenas no nordeste e leste brasileiro

Ao longo da história brasileira, marcada pela violência e constrangimento de muitos povos indígenas devido às suas diversidades e modos de ser, alguns povos

⁷ Todo o desenrolar da trajetória Kiriri desde o episódio de Canudos foi longo, no entanto, não aprofundarei nele aqui, e para maior detalhamento ver Bandeira (1972), Brasileiro (1996) e Macedo (2009).

⁸ Para outras histórias, ver Prezina (2017).

deixaram sua autodeclaração identitária, para fora de seu coletivo, de lado. Os movimentos de “resgate” que são vistos no Nordeste brasileiro ainda hoje ocorrem, sobretudo, porque este foi o lugar primeiro em que esses povos foram asse-diados e coagidos, foi o local onde primeiro se precisou lidar com os conflitos e as violências proporcionadas por estrangeiros que chegavam ao “novo mundo”, mas também foi o lugar onde primeiro se iniciaram as resistências, as lutas: as reor-ganizações socioculturais e as estratégias de sobrevivência organizadas e prota-gonizadas por povos indígenas no Nordeste, que são sempre sofisticadas e muito bem pensadas.

Há de se ter em mente que as dinâmicas de integração nacionais após o perí-odo de colonização tiveram papel determinante nas ações de apagamento de an-tigos aldeamentos, processo caracterizado pela violência e pelo confinamento de pessoas indígenas a reservas cada vez menores no intuito de abrir espaço para a colonização agropastoril, fortemente observado também no Centro-oeste brasi-leiro (CAVALCANTE, 2014; PEREIRA, 2007). Iniciativas que voltam a tomar força quando encontram terrenos propícios a estes ideais, como vimos ao longo do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, em que deliberadamente o intuito era o de “passar a boiada”. Boiada está que no Nordeste já passa há séculos.

Diante desse cenário de apagamentos sistemáticos, confinamentos e invasões territoriais, além de tentativas de assimilação forçada, é que as práticas cosmoló-gicas e ritualísticas dos povos indígenas do Nordeste emergem como formas po-tes de resistência e reorganização social. São nesses rituais e saberes que se mantêm vivas as memórias, as identidades e as relações com os seres outros-que-humanos que sustentam as cosmologias indígenas. Entre essas práticas, o Toré ocupa um lugar central, não apenas como expressão cultural, mas como tecnolo-gia de afirmação territorial, política e espiritual.

Tratando dos povos indígenas no Nordeste, o ritual do Toré, praticado por grande parte das etnias ali presentes, não pode ser visto como simples “sinal dia-crítico” de uma performance para “branco ver”. O rito teve, e ainda tem, um papel fundamental nos processos de retomada territorial e de autodeclaração da iden-tidade étnica destes sujeitos, processo este que não teria vazão e possibilidade de ser se não fossem os Encantados⁹, seres outros-que-humanos que coabitam o uni-verso cosmológico de vários povos no Nordeste (REESINK, 2000). Poder-se-ia dizer ainda que:

Entre a alegoria do “índio autêntico” e o “ritual sociocosmológico totalizador”, o toré parece ser a cultura diacrítica compartilhada no Nordeste, invariante em sua denomi-nação, porém variante em sua expressão sociocultural cognoafetiva: o toré tem sido como que um fluxo transcultural em toda a região, que se atualiza em uma variante local com tendência forte a se transformar em variante etnocultural específica sem per-der seu caráter reconhecidamente transcultural. (CARVALHO e REESINK, 2018: 95)

Se é imprescindível falar do Toré no contexto do nordeste brasileiro, o mesmo se aplica à Jurema, pois ela é proeminente no sertão nordestino. Botanicamente, a Jurema é uma árvore classificada como “*Mimosa tenuiflora* (Wild.) Poiret - an-tes classificada como *Mimosa nigra* e depois como *Mimosa hostilis* (Benth.)” (GRÜNEWALD, 2020: 36), mas podemos defini-la também como “uma legumi-nosa arbustiva silvestre, pioneira e rústica, típica do semiárido e que pode atingir de 2,5 a 7 metros de altura, com acúleos espessos e esparsos” (GRÜNEWALD,

⁹ De forma resumida, os encantados são seres em uma posição intercambiável, compreendidas como outros-que-humanos pelo caráter diferencial que possuem com os seres humanos. Para aprofundar no tema, ver DURAZZO; SEGATA (2020), ALARCON (2013), HENRIQUE (2019) e BRANCO (2023; 2024).

2020: 39). A Jurema, por ser uma árvore típica da região semiárida, compõe ativamente a paisagem no interior nordestino.

As espécies de plantas que suportam os longos períodos de estiagem no sertão nordestino são, em sua maioria, plantas que possuem mecanismos de retenção de água, o que permite a passagem por estes períodos sem que morram. No caso da Jurema, conforme estudado por Santana, et al. (2019), em ambientes como a caatinga e serapilheiras, isto é, camadas de matéria orgânica sobre o solo, são importantes. Nos locais onde há serrapilheira acumulada de *Mimosa tenuiflora* foi encontrada elevada capacidade de retenção hídrica, evidenciando, segundo as conclusões do estudo, que esta espécie pode ser utilizada de forma a potencializar áreas degradadas. No entanto, o que parece ser ainda mais interessante para a presente reflexão é pensar na ocupação desta espécie, que é popularmente conhecida como Jurema, como uma fonte potencial de reserva de água que compõe o cenário e a paisagem no nordeste. Esta característica nos leva a outras formas de ver a Jurema, além desta composição bioquímica da espécie, e vale a pena apresentá-la como um sujeito outro-que-humano.

Se compreendida como uma árvore, diferentes espécies podem carregar seu nome; dela é possível fazer o vinho da Jurema, amplamente difundido entre muitos povos indígenas no Nordeste e elemento importante para a realização do ritual do Toré. Assim, como cada povo em questão tem seu modo de fazer, várias são as bebidas possíveis a partir da Jurema (GRÜNEWALD, 2020, 2018, 2008; 2005; BAIRRÃO, 2003; MOTA, 2005, 1996; MOTTA, 2005; L'ODÔ, 2017; NASCIMENTO, 2013).

A polissemia do termo Jurema permite-nos olhá-la a partir de diferentes perspectivas, com diferentes intencionalidades e potencialidades. Cada modulação da Jurema permite a chegada em um lugar distinto. Mota (2005), por exemplo, postula a existência de três Juremas: 1) “a Jurema nordestina-indígena-rural”; 2) “a Jurema afro-urbana”; e 3) “a Jurema europeia-ocidental-urbana”. A primeira é a que de fato nos interessa no presente trabalho, caracterizada pela autora como:

A Jurema nordestina-indígena-rural: Nesta reside primordialmente a percepção mágico-religiosa da realidade social, sendo ela a verdadeira “Jurema das Matas”: símbolo da etnia forjada durante o processo de colonização europeia. É aí que se desenvolve o sentido de ser nativo, por exemplo, entre os Fulni-ô, Pankararu, Kiriri, Kariri-Xocó e Xocó. Também aqui se incluía a Jurema dos Catimbós do Nordeste, ritual celebrado nos vilarejos, onde a religiosidade rural portuguesa definitivamente mostra suas marcas em conjunto com os ritos nativos, desde o Rio Grande do Norte até a Bahia. (MOTA, 2005: 223)

A percepção deste aspecto “mágico-religioso” pode nos aproximar dos sujeitos outros-que-humanos. A Jurema atua agenciando pessoas¹⁰ através de sua bebida. No caso do contexto Kiriri do Acré, a partir da interação entre os sujeitos humanos e o vinho da Jurema, é que se acessa os Encantados, sujeitos outros-que-humanos que se relacionam com o povo Kiriri e com outros povos indígenas no nordeste, auxiliando nas tomadas de decisões, apoiando ações e direcionando as pessoas¹¹. Os Encantados são agentes de suma importância nos contextos indígenas, exemplo disso são suas fundamentais ações nas retomadas das línguas “esquecidas” no Nordeste, o processo de reavivamento das línguas que vem sendo

¹⁰ Sobretudo as mulheres, para mais informações no caso Kiriri, ver Branco (2024, 2023).

¹¹ No Nordeste indígena, o uso da Jurema não é prerrogativa necessária de acesso aos Encantados, uma vez que vários povos da bacia do São Francisco, notoriamente filiados à tradição do Praiá pankararu (Katokkin, Kalancó, Kazuazu, Geripanko), não usam a jurema ou não a utilizam sempre, usando a garapa como dádiva aos Encantados. (N. do E.)

empreendido em colaboração dos Encantados e dos sujeitos indígenas. Compreende-se que as línguas não foram perdidas, elas encontram-se em estágio de guarda junto dos Encantados que sistematicamente vêm repassando as línguas por eles guardadas aos povos. Esse processo ocorre através do ritual do toré, mas também a partir do relacionamento com a Jurema através dos sonhos e pelas bocas das crianças (DURAZZO, 2022; DURAZZO; COSTA, 2022; BONFIM; DURAZZO; AGUIAR, 2021; HENRIQUE; RAMOS, 2021; BRANCO, 2023). A questão das línguas indígenas no Nordeste leva-nos a um outro suposto “vazio”, o da diversidade linguística nesta região, endossado pelo argumento de que no Nordeste, com exceção dos Fulni-ô, não há nenhuma língua indígena, ponto que chama atenção à ignorância acerca das línguas indígenas e resulta em “um vácuo nos estudos sobre a língua nesta região” (BONFIM, 2014:14).¹²

Assim, como se observa a partir das experiências indígenas na região Nordeste, a presença de sua vegetação nativa e a ocupação de sujeitos humanos (os povos indígenas) e outros-que-humanos faz desta região uma realidade que tensiona os discursos de “vazios” a seu respeito. A ocupação humana, vegetal, animal e outra-que-humana nesta região nos auxilia na reflexão conjunta das experiências interrelacionadas destes agentes, que habitam esse lugar, que compartilham histórias, experiências e movimentos de resistência e estratégias pela vida. O relacionamento entre esses agentes – indígenas, vegetações, animais, seres outros-que-humanos – possibilita-nos olhar para o interior do nordeste como um local indígena, cheio de ciência e encantaria, de vegetação forte que vive, transita, se reorganiza e se modifica sem abandonar suas raízes.

O caso do povo Ibiramã Kiriri do Acré

Os Kiriri que hoje vivem em Caldas (MG) são parte de um grupo que há muito tempo encontra-se em deslocamento, sendo parentes dos Kiriri de Mirandela (BA), que estão no que é considerado território histórico deste povo¹³. A história acima evidenciada sobre os Kiriri na Bahia também compõe a sua história. A chegada dos Kiriri¹⁴ em Caldas, no sul do estado de Minas Gerais, ocorreu em 13 de março de 2017, na ocasião eram cerca de 16 famílias vindas de Muquém do São Francisco (BA). Atualmente a comunidade tem como liderança o casal Carlusa e Adenilson, respectivamente vice-cacica e cacique. Além deles, deve-se mencionar Agenilton, o pajé, D. Alzira, a anciã, e Roseni, a conselheira. A comunidade cresceu e ao longo dos últimos oito anos, e são inúmeras as vitórias alcançadas por este povo junto de seus *Encantados*¹⁵ e dos *amigos* que construíram ao longo de sua caminhada em terras sul mineiras¹⁶.

Os Kiriri foram em busca da *terra verde*, local que os *Encantados* lhe mostraram e onde sabiam que, neste novo território, eles teriam um lugar para *viver*

¹² Este contexto de vácuo nos estudos sobre a língua no nordeste vem sendo mobilizado por alguns antropólogos (DURAZZO, 2022, 2019; BOMFIM, DURAZZO, 2023; FRANCHETTO, 2014; HENRIQUE, RAMOS, 2021; MORAES, 2021)

¹³ As pessoas do povo Kiriri que atualmente vive em Caldas (MG) são descendentes dos Kiriri que residem em Mirandela (BA); parte dos Kiriri que estavam em Mirandela (BA), após desentendimentos migraram para Serra do Ramalho (BA). De lá receberam o convite dos então amigos Xukuru-Kariri e migraram para Muquém do São Francisco (BA) e, mais tarde, em 2017, transferiram-se para Caldas (BRANCO, 2024, 2023; HENRIQUE, 2019).

¹⁴ Os Kiriri em Caldas se reconhecem como povo Ibiramã Kiriri do Acré, mas também são conhecido como Povo Kiriri do Rio Verde. Atendendo às duas denominações, ambas são utilizadas neste texto.

¹⁵ A utilização do recurso itálico é feita de modo a enfatizar falas dos Kiriri.

¹⁶ Para visualização dos “Marcos na História do Povo Kiriri do Rio Verde”, desde sua chegada em Minas Gerais, até meados de 2023, ver BRANCO (2023: 32).

bem. Em discurso proferido em abril de 2024 em meio às celebrações da comunidade acerca do dia dos povos indígenas, durante o mês de abril, a vice-cacica, enfatizou em sua fala:

*Primeiramente eu venho aqui agradecer ao nosso pai Tupã que é nosso Deus, que sempre a gente se apegar a ele. Em todo canto que a gente vai, a gente se apegar a ele, nosso pai Tupã. **Agradecer a nossos mestres Encantados, porque desde a primeira vez que nós entramos nesse território, antes de nós entrarmos nesse território a gente já sabia desse território. Nós já tínhamos tido a visão, nós já tínhamos vindo, o pessoal já tinha conversado com a gente e já tinha indicado esse território pra nós. Pessoal esse que era daqui. Pessoal esse que era os Encantados daqui. Pessoal que deu esse território pra nós...** O pessoal que morava aqui. Às vezes a gente fala: ah, mas vocês conversam com quem já morreu? Sim, a gente conversa com quem já morreu. Os Encantados desse território que vieram e deram pra nós. Sem nós nunca termos vindo aqui nele.* (Transcrição de Fernanda Borges Henrique e Maria Carolina Arruda Branco. Arquivo pessoal, abril, 2024, grifo meu)

Os Encantados, portanto, direcionaram os Kiriri para esta *terra verde*, onde seria sua nova morada. Lugar de novas possibilidades, mas isso não quer dizer que a *terra verde* opõe a terra no nordeste como uma terra pobre, as dificuldades no nordeste, e que acabou levando parte do grupo Kiriri para o sul de Minas Gerais, também dialogam com contextos econômicos de falta de emprego e de conflitos familiares¹⁷. Ao saírem de Muquém do São Francisco (BA), os Kiriri foram motivados pela *visão*, mas também pela confiança nos *Mestres Encantados*. Sabendo que este local que lhes havia sido apresentado havia sido dado a eles pelos *Encantados desse território* [do Rio Verde], [eles que] *vieram e deram pra nós*. A ida das famílias Kiriri para o município de Caldas, em Minas Gerais, vem acompanhada de retornos sistemáticos, diálogos permanentes e trocas profundas com o território de onde saíram. O circuito de troca entre os territórios em Muquém do São Francisco, localizado no oeste baiano, em região limítrofe entre a Caatinga e o Cerrado, e o território em Caldas são permanentes, e os fluxos de idas e vindas de pessoas, plantas, barro, fibra de croá, Jurema, parecem ser indispensáveis às práticas da vida ritual e da vida vivida no dia a dia. Realizo este caminho para trazer à pessoa leitora a reflexão sobre a composição de um ambiente que é feito por pessoas como os Kiriri, plantas, como a Jurema, e seres outros-que-humanos, como no caso dos *Encantados*, do qual a Jurema também é parte fundamental pois o acesso aos *Encantados*, no contexto do povo Kiriri do Acré se dá, sobretudo, por seu intermédio (BRANCO, 2024, 2023). Aquele “vazio” de que se falava ser o interior nordestino é, na realidade, berço de povos, plantas, seres outros-que-humanos, composição de elementos que configuram a cosmologia e a realidade de uma região que é sobretudo potente, e que circulam ativamente, configurando redes de relações multiespecíficas que cruzam e conectam toda a região dos sertões desde o Nordeste até o sul de Minas Gerais.

O nordeste, portanto, segue presente na feitura de um *lugar para viver bem* por parte dos Kiriri do Acré. O território de onde se vem é parte importante da composição do território onde se está. Além dos elementos já sinalizados, a incorporação do Nordeste em outra paisagem, em uma *terra verde*, que é muito diferente daquela de onde vieram os Kiriri, é um esforço consciente do povo Ibiramã Kiriri do Acré em “kiririzar”, por assim dizer, este novo espaço. A composição do espaço físico, biológico, outro-que-humano e humano na aldeia em Caldas, é feita de maneira a enraizar, no novo território, a dinâmica do ser Kiriri, aquilo

¹⁷ Para aprofundamento nesta questão quanto ao caso do povo Kiriri do Acré (HENRIQUE, 2019)

que compõe seu dia a dia, sua cosmovisão e os seres que compõem sua cosmologia.

Desta forma, o que fica evidente é o acionamento daquele território que ficou no Nordeste, que aponta para as ações de estabelecer relações e incorporar em um novo território aquilo que é indispensável às práticas Kiriri agora no sul do estado de Minas Gerais. Esse deslocamento do nordeste e de volta ao nordeste mobiliza as retomadas, os vínculos permanentes com o território lá, com as histórias e os parentes que ainda residem na Bahia, com o barro daquela terra, com as plantas, com a Jurema, com os Encantados e tantas outras nuances daquele território que é presente, que compõe o que se foi, mas também o que é e o que está por vir. O bordado apresentado a seguir faz parte desta reflexão em que apresento o contorno dos estados da Bahia e Minas Gerais, em que, no estado da Bahia, o município de Muquém do São Francisco está preenchido na cor marrom simbolizando aquela terra e, no estado de Minas Gerais, o município de Caldas está preenchido na cor verde simbolizando também a terra. Os dois fios condutores entre os municípios buscam refletir o caminho de idas e vindas, entrelaçados, conectando territórios, pessoas, seres outros-que-humanos, vegetações, climas e pertencimentos. O que parece um “vazio”, em verdade, é preenchido por múltiplos deslocamentos, mais do que um “vazio” preenchido por coisas, é um “vazio” preenchido por movimentos.

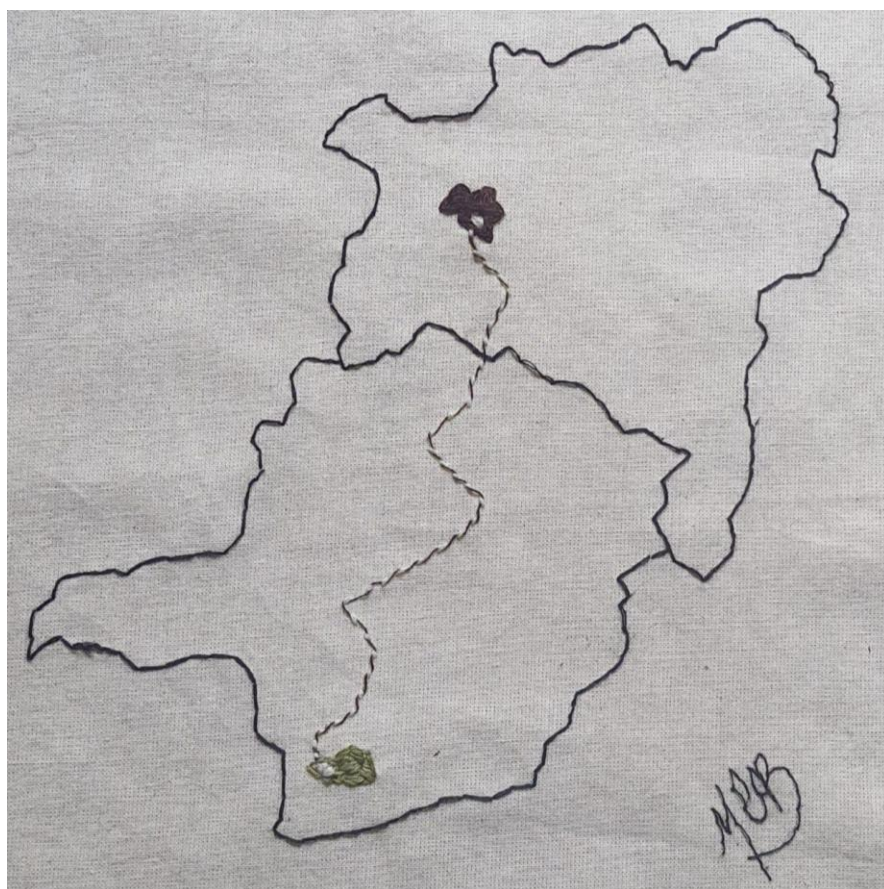


Imagem 3 – Bordado produzido pela autora, setembro, 2024.

Considerações finais

As reflexões propostas ao longo deste texto buscaram organizar, na forma de um ensaio, as percepções sobre a história do Nordeste indígena, a partir da história de luta e resistência do povo Kiriri na Bahia e, sobretudo, de seus parentes que migraram para Minas Gerais. O esforço deste texto foi especialmente o de salientar o entrelace de pessoas, territórios, plantas e sujeitos outros-que-humanos, conectando regiões geográficas e climáticas diferentes, mas que possuem um elo com o povo Kiriri. Aspectos que espero ter conseguido acionar visualmente a partir da experiência lúdica do bordado, linhas se cruzando, se conectando e compondo simultaneamente uma à outra, formando um todo que contradiz a noção de que o interior do Nordeste do Brasil era e é um vazio de povos indígenas e de seres humanos e outros-que-humanos.

Partir da noção de “vazio”, permiti-nos problematizar os discursos de certo imaginário social que nega a presença indígena no Nordeste, contribuindo para o apagamento de memórias, identidades e existências. Logo, não se trata e nunca se tratou, de um vazio, mas de uma região densamente habitada por saberes, práticas, espiritualidades e histórias de resistência. O caso do povo Ibiramã Kiriri do Acre evidencia como esses fluxos não apenas continuam a existir, mas são atualizados por meio de deslocamentos, alianças, sonhos, plantas e rituais.

A migração do povo Kiriri para o sul de Minas Gerais, guiada pelos Mestres Encantados e sustentada pela relação com a Jurema, mostra que a territorialidade indígena não é fixa nem inerte — ela é feita de movimento, de memória e de resistência. A presença do Nordeste nos modos de vida que os Kiriri atualizam em Caldas é uma forma de afirmar que os territórios indígenas seguem sendo tecidos por caminhos, afetos, corpos, plantas e encantados. O “vazio” nunca existiu, os povos indígenas seguem conectando territórios, seres, biomas, vegetações, pessoas e futuros possíveis.

*Recebido em 31 de janeiro de 2025.
Aprovado em 2 de abril de 2025.*

Referências

ALARCON, Daniela Fernandes. *O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. Antropologia, Universidade de Brasília, 2013.

BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Raízes da Jurema. *Psicologia (USP)*, 14 (1): 157-184, 2003.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Os Kariris de Mirandela: um grupo indígena integrado. *Estudos Baianos*, 6, 1972.

BOMFIM, Anari Braz. “Revitalização de língua indígena no sul da Bahia”. In: BOMFIM, Anari Braz; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da (orgs.). *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/EGBA, 2014.

BONFIM, Evandro de Sousa; DURAZZO, Leandro. Retomadas linguísticas indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo: um mapeamento. *SciELO Preprints*: [sem volume ou número]: [sem paginação informada], 2023.

BONFIM, Evandro de Sousa; DURAZZO, Leandro; AGUIAR, Mariana Sales. O “levante linguístico indígena” no Nordeste, no Espírito Santo e em Minas Gerais: aspectos teóricos, políticos e etnográficos. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 6 (2): 398-420, 2021.

BRANCO, Maria Carolina Arruda. *Mediação e negociação entre mundos: uma etnografia do prestígio e da liderança de uma mulher Kiriri em Caldas (MG)*. Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

BRANCO, Maria Carolina Arruda. Notas sobre o ritual da Jurema: pessoas-relação e encantados entre o povo Ibiramã Kiriri do Acre. *Cadernos de Campo*, 24 (esp. 1): e024009, 2024.

BRASILEIRO, Sheila. “Povo indígena Kiriri: emergência étnica, conquista territorial e faccionalismo”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004 [1999].

BRASILEIRO, Sheila. *A organização política e o processo faccional no povo indígena Kiriri*. Antropologia, Universidade Federal da Bahia, 1996.

BRASILEIRO, Sheila; SAMPAIO, J.A.L. “Estratégias de negociação e recomposição territorial Kiriri”. In: CARVALHO, M.R.; CARVALHO, A.M. (orgs.) *Índios e caboclos: a história recontada*. Salvador: EDUFBA, 2012. pp. 147-166.

CARVALHO, Maria do Rosário de; REESINK, Edwin B. Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações. *BIB*, 87: 71-104, 2018.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Demarcação de terras indígenas Kaiowá e Guaraní no Mato Grosso do Sul: histórico, desafios e perspectivas. *Fronteiras: Revista de História*, 16 (26): 48-69, 2014.

DURAZZO, Leandro. “O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-que-humana e revitalização linguística”. In: SEVERO, Cristiane Gorski (org.). *Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas*. Campinas: Pontes Editores, 2022.

DURAZZO, Leandro. *Cosmopolíticas Tuxá: conhecimento, ritual e educação a partir da autodemarcação de dzorobabé*. Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

DURAZZO, Leandro; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira. Línguas indígenas no Nordeste brasileiro: esboço político-linguístico de seus processos de valorização. *Revista del CESLA*, 30: 97-118, 2022.

DURAZZO, Leandro; SEGATA, Jean. Intercosmologias: humanos e outros mais que humanos no nordeste indígena. *Espaço Ameríndio*, 14 (2): 185-198, 2020.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas indígenas ameaçadas: pesquisa e teorias linguísticas para a revitalização. *Museu Nacional*, [sem volume ou número]: [sem página informada], 2014.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Jurema*. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Nas trilhas da jurema. *Religião e Sociedade*, 38 (1): 110-135, 2018.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Toré e Jurema: emblemas indígenas no nordeste do Brasil. *Ciência e Cultura*, 60 (4), 2008.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. “Sujeitos da Jurema e o resgate da 'ciência do índio’”. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra (orgs.). *O uso ritual das plantas de poder*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

HENRIQUE, Fernanda Borges. *Por um lugar de vida: os Kiriri do Rio Verde, Caldas (MG)*. Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

HENRIQUE, Fernanda Borges; RAMOS, Roseni. Os Kiriri do Acre e o resgate da língua indígena. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 6 (2): 514-544, 2021.

L'ODÒ, Alexandre L'omi. *Juremologia: uma busca etnográfica para sistematização de princípios da cosmovisão da Jurema Sagrada*. Antropologia, Universidade Católica de Pernambuco, 2017.

MACEDO, Silvia Michele. *Educação por outros olhares: aprendizagem e experiência cultural entre índios Kiriri do sertão baiano*. Educação, Universidade Federal da Bahia, 2009.

MORAES, V. Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e língua morta a partir do contexto kiriri. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 6 (2): 485-513, 2021.

MOTA, Clarice Novaes da. “Jurema e identidades: um ensaio sobre a diáspora de uma planta”. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra (orgs.). *O uso ritual das plantas de poder*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

MOTA, Clarice Novaes. “Sob as ordens da Jurema: o xamã Kariri-Shokó”. In: LANGDON, Esther J. (org.). *Xamanismo no Brasil: Novas Perspectivas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. pp. 267-295.

MOTTA, Roberto. “A Jurema do Recife: Religião indo-afro-brasileira”. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra (orgs.). *O uso ritual das plantas de poder*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

NASCIMENTO, Marco Tromboni. *As ramas e o vinho da jurema: metáforas rituais entre os índios do sertão nordestino ou uma teoria unificada do ritual e da linguagem*. Antropologia, Universidade Federal da Bahia, 2013.

PEREIRA, Levi Marques. Modalidades e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. *Suplemento Antropológico (Asunción)*, 42 (1), 2007.

PREZIA, Benedito. *História da resistência indígena: 500 anos de luta*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2002.

REESINK, Edwin B. “O segredo do sagrado: o Toré entre os índios do Nordeste”. In: ALMEIDA, L. S.; GALINDO, M.; ELIAS, J. L. *Índios do Nordeste: temas e problemas 2*. Maceió: EDUFAL, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, [1970] 1996.

SANTANA, José Augusto da Silva; CANTO, Juliana Lorensi; MEDEIROS, Matheus Maia; MACEDO, Thatiane Alves de; MONTEIRO, Iziane Miranda. “Capacidade de retenção hídrica da serapilheira de *Mimosa tenuiflora* (Willd.) Poiret (Jurema Preta) em diferentes espaçamentos”. In: SANTANA, José Augusto da Silva. *Anais do I Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade e III Congresso Internacional da Diversidade do Seminário*. [S.l.]: [s.n.], nov. 2019.